

Sustentabilidade das indústrias de proteína animal a partir das informações disponibilizadas em seus relatórios de sustentabilidade

LETÍCIA SARRI DOS SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)

GESSUIR PIGATTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (UNESP)

SUSTENTABILIDADE DAS INDÚSTRIAS DE PROTEÍNA ANIMAL A PARTIR DAS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS EM SEUS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE.

INTRODUÇÃO

A governança global em assuntos relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável tem assumido novos desenhos e arranjos institucionais. Destaca-se a forte participação de atores não estatais nesses arranjos, a exemplo do setor privado, para produção mais sustentável. Destaque para a meta 12.6 da agenda Global 2030, na qual as organizações, ao buscarem ações sustentáveis, diante a preocupação global, integram informações de tais práticas em relatórios e sua divulgação para a sociedade. Em um processo de adaptação das metas ao cenário brasileiro, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) adequou a meta 12.6, que passou a ter a seguinte redação, incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar parâmetros e práticas de responsabilidade socioambiental e a integrar informações acerca dessas práticas em seus sistemas, bancos de dados e ciclo de relatórios.

Os incentivos para adoção dessas práticas decorrem da forte pressão exercida pelos consumidores e grupos ativistas, bem como a aderência a acordos e restrições de mercados internacionais.

Assim, este artigo pretende investigar políticas privadas, tendo como objetivo analisar como as organizações brasileiras que atuam no setor de proteína animal bovina utilizam os relatórios de sustentabilidade para divulgação de ações relacionadas à sustentabilidade.

As empresas podem utilizar os resultados para o estabelecimento de projetos e planos de ação, podendo seu uso ser evidenciado, pelo olhar das organizações, como uma ferramenta estratégica para comunicar a sua responsabilidade socioambiental. Em paralelo, pelos olhos dos stakeholders permite compreender o engajamento das organizações sob a ótica da sustentabilidade possibilitando questionamentos sobre o presente e o futuro das gerações.

1. REVISÃO DE LITERATURA

A sustentabilidade é um tema muito discutido atualmente, muitas empresas estão adotando práticas sustentáveis e é através dos relatórios de sustentabilidade que conseguimos ver e acompanhar se realmente acontece essas práticas. Além disso, é através desses que se consegue avaliar resultados e assegurar transparência, o que possibilita aos stakeholders acompanharem o comprometimento das empresas (Mio, 2020). Uma organização é considerada sustentável quando apresenta ações econômicas, ambientais e sociais (Santos; Silva, 2017).

O conceito de sustentabilidade só começou a ganhar importância na década de 1980, motivado pela necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991) reforçou essa concepção no relatório Nosso futuro comum, enfatizando que o progresso sustentável deve satisfazer as demandas atuais sem prejudicar as

futuras gerações. Contudo, as organizações precisam combinar ações econômicas, sociais e ambientais para assegurar sua continuidade no mercado e ajudar a sociedade (Bassetto, 2010)

A sustentabilidade empresarial está relacionada com ações econômicas, ambientais e sociais. A parte econômica da empresa visa procurar uma estabilidade entre a expansão financeira e o compromisso social, visando a longo prazo a competitividade no mercado que está inserido. O ambiental vai buscar reduzir danos ao meio ambiente, suas ações para conseguir alcançar esse objetivo é ter uma administração eficaz de resíduos e utilizar recursos naturais. Por outro lado, a parte social pretende focar em feitos do bem-estar dos funcionários e comunidades, com inclusão e igualdade. Ao relacionar esses três parâmetros, se consegue satisfazer as necessidades da sociedade e criar valor para os stakeholders (Silva, Quelhas, 2006).

Para garantir que as organizações estão cumprindo com práticas sustentáveis, é essencial adotar um Sistema de Mensuração de Desempenho de Sustentabilidade (SMDS). Com esse sistema é possível identificar e avaliar o impacto social, ambiental e econômico das atividades empresariais, com isso a organização se torna capaz de tomar decisões. A SMDS possibilita que as empresas passem informações de maneira organizada e transparente para os stakeholders (Morioka *et al.*; 2018).

Os Sistemas de Controle Gerencial (MCS) têm um papel fundamental para os relatórios de sustentabilidade, além de ajudar nas estratégias corporativas, uma vez que possibilitam o monitoramento, a avaliação e o alinhamento das práticas organizacionais. Esses sistemas não só auxiliam na tomada de decisões, mas também asseguram que as informações apresentadas nos relatórios de sustentabilidade sejam alinhadas aos processos internos da empresa, diminuindo a possibilidade de lavagem de dinheiro e garantindo a confiabilidade na comunicação com os stakeholders (Rahi, *et al.* 2022).

A divulgação de relatórios empresariais tem incluindo não somente informações financeiras, mas também dados sobre impactos ambientais, sociais e de governança (ESG), motivada por pressões institucionais e normas como a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD). Contudo, a obrigatoriedade dessas informações não assegura a transparência, já que várias normas adotam um modelo híbrido. Esse modelo vai permitir que as organizações façam avaliações de materialidade, selecionando quais informações são pertinentes para divulgar, o que pode levar a divulgações seletivas e prejudicar a comparabilidade dos dados (Lozzelli; Velasco, 2023).

Os relatórios corporativos para empresas de capital aberto são obrigatórios, buscam ser transparentes. Inicialmente voltados apenas para dados financeiros, começaram a incluir a divulgação de informações não financeiras (INF) devido à pressão do mercado e das regulamentações. A implementação do Relato Integrado (RI), em 2013, intensificou essa mudança, promovendo uma visão integrada que liga estratégia, governança, performance e projeções futuras das organizações (Mio, 2020).

Já os relatórios de sustentabilidade começaram a ganhar importância a pouco tempo, disponibilizando dados sobre os impactos sociais e ambientais da empresa e o avanço no cumprimento dos objetivos de sustentabilidade. O crescimento acelerado desses relatórios é consequência de pressões institucionais, tais como normas regulamentadoras e expectativas da sociedade. No entanto, há preocupações sobre a confiabilidade dessas informações, já que algumas organizações podem optar por fazer uma divulgação seletiva para preservar a legitimidade sem assegurar a devida transparência (Roszkowska-Menkes *et al.*, 2024).

No Brasil, atualmente, é obrigatório que empresas de capital aberto informem se divulgam ou não relatórios como o Relato Integrado (RI) ou relatórios socioambientais. Essa condição foi estabelecida no Formulário de Referência, um documento feito pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e foi intensificado pela bolsa de valores (B3) através do programa “Relate ou Explique”. Essas práticas têm como objetivo ampliar a transparência e a

responsabilidade das organizações diante a sociedade, porém, ainda são poucas organizações que implementam o RI de forma efetiva (Garcia, 2019)

Existem diferentes tipos de relatórios corporativos que as organizações podem emitir para se comunicarem com o mercado, como o Relatório Integrado (RI) que reúne informações financeiras e não financeiras, tendo como propósito integrar criação de valor (Maria; d' Angelo; Borgerth, 2021). Já os relatórios de sustentabilidade têm foco nos aspectos sociais, ambientais e econômicos das organizações, destacando as práticas sustentáveis (Gökten; Marşap, 2017)

O Relato Integrado (RI) surgiu em 2013 e traz uma abordagem diferente para a comunicação corporativa, combinando informações financeiras e não financeiras para oferecer uma visão completa sobre a criação de valor pelas empresas a curto, médio e longo prazo. O Relatório Integrado (RI) foi desenvolvido pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) como uma solução para as restrições dos modelos convencionais de relatórios, propondo uma estrutura fundamentada em princípios como o foco estratégico, a conexão da informação, a materialidade e a clareza. Uma das suas maiores vantagens é a transparência e o auxílio na tomada de decisões dos stakeholders (Mio, 2020; Abreu *et al.*, 2016).

O Global Reporting Initiative (GRI), é um referencial internacional para a construção de relatórios de sustentabilidade, sendo utilizado pela maioria das organizações que possuem esse tipo de relatório. Ele apresenta informações relacionadas com os impactos ambientais, econômicos e sociais das empresas. A padronização do GRI traz uma facilidade para comparação entre empresas de diversos setores, essencial para o aprimoramento constante da gestão sustentável e para a tomada de decisões informadas por parte dos stakeholders (Guimarães; Prates, 2009; Mascena, 2013). Esse modelo foi criado em 1997, por meio de uma iniciativa da Coalition for Environmentally Responsible (CERES) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tendo como objetivo principal aprimorar a qualidade e a transparência dos relatórios divulgados, incentivando sua implementação voluntária em nível mundial. As diretrizes desse modelo vêm sendo aprimoradas ao longo dos anos, possibilitando uma maior uniformidade, rigor e ampliação nas informações fornecidas pelas empresas (Oliveira, 2013).

Outro modelo é o Sustainability Accounting Standards Board (SASB), que orienta as organizações a divulgar dados de sustentabilidade como foco nos impactos financeiros significativos para os investidores. Esse modelo se baseia na identificação e divulgação de riscos e oportunidades ambientais, sociais e governamentais que podem impactar os fluxos de caixa, o acesso a capital e o rendimento financeiro das empresas. O SASB utiliza métricas próprias para tornar as informações mais transparentes, comparáveis e úteis para o processo de tomada de decisão. Ademais, em 2022, o Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB) assumiu a responsabilidade pelas normas SASB, consolidando várias ações com a finalidade de estabelecer um padrão global para a divulgação de sustentabilidade (SASB, 2025).

Além disso, a falta de um padrão único para os relatórios de sustentabilidade tem se mostrado como um desafio para a comparação entre as empresas. Apesar do Global Reporting Initiative (GRI) e do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) terem sido amplamente implementadas, as empresas ainda possuem autonomia para determinar quais indicadores devem ser divulgados e como apresentá-los. Essa liberdade pode resultar em inconsistência nos dados fornecidos, complicando a avaliação do desempenho sustentável entre diversos setores (Rahi *et al.* 2022).

O lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) registrada pela ONU em 2015 provocou alterações nos relatórios de sustentabilidade das empresas, estabelecendo como um estímulo para que as organizações alinhassem suas divulgações aos objetivos globais de desenvolvimento sustentável. Esse alinhamento foi uma oportunidade

que as empresas tiveram de aprimorar as suas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), e colocando indicadores que apontavam essas ações como a ação climática, a igualdade social e o consumo sustentável. Contudo, a implementação das ODS não se deu de maneira uniforme entre empresas e setores, algumas organizações começaram a utilizá-los como um instrumento para reforçar a imagem da empresa (Whittingham *et al.*, 2023).

Existem vários motivos para a divulgação desses tipos de relatórios: i) concorrência, através da publicação desses relatórios a empresa busca por uma vantagem sustentável, o que pode atrair os stakeholders; ii) legitimidade, as organizações buscam alinhar suas metas com as expectativas da sociedade; iii) responsabilidade ambiental, com os relatórios é possível atender às demandas dos stakeholders e manter uma imagem no mercado (Junior, 2019).

De acordo com Alonso- Almeida, Marimon e Llach (2015), o aumento da importância dos relatórios de sustentabilidade está diretamente relacionado com o aumento das práticas sustentáveis nas empresas. Desde a década de 1970, as organizações começaram a incorporar questões sociais e ambientais, inicialmente voltadas para aprimorar as condições dos colaboradores. Ao longo do tempo, devido a escândalos empresariais e ambientais, aumentou a pressão por mais transparência e responsabilidade. Com isso, os relatórios tornaram-se um instrumento importante para os stakeholders, possibilitando que as organizações mostrassem seu compromisso não só econômico, mas também sociais e ambientais.

No Brasil, a obrigação de emitir relatórios corporativos, integrados e de sustentabilidade é estabelecida por lei e varia de acordo com as características específicas de cada organização. Uma das leis principais que trata desse assunto é a Lei nº 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais ou Estatuto Jurídico das Empresas Estatais. Essa legislação determina obrigações específicas para empresas públicas e sociedades de economia mista, incluindo a divulgação anual de relatório integrado ou de sustentabilidade, conforme ressaltado no artigo 5º (BRASIL, 2016).

Esta obrigatoriedade também é destinada a organizações de capital aberto, conhecidas como S/A, que são regulamentadas pelas disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo submetidas a uma série de regulamentações e exigências destinadas a promover a transparência, a prestação de contas e a governança corporativa. Essas empresas, por serem sociedades anônimas de capital aberto, estão sujeitas à fiscalização e regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o órgão responsável pela supervisão do mercado de capitais no Brasil, ao qual traz a obrigação de divulgar relatórios integrados ou de sustentabilidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 480/2009 suas posteriores alterações (CVM, 2024)

A Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade), no ano de 2023, estabeleceu que o Brasil vai passar a adotar normas específicas para a elaboração e asseguarção dos Relatórios de Sustentabilidade, alinhadas aos padrões internacionais. As IFRS S1 e IFRS S2 emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), fundamentam essas normas. Essa resolução resultou na criação das Normas Brasileiras de Contabilidade para Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade (NBC TDS) e para garantir a divulgação dessas informações (NBC TAS). A responsabilidade pela elaboração e garantia desses relatórios passa a ser dos contabilistas devidamente registrados nos Conselhos Regionais. As organizações podem implementar essas diretrizes antecipadamente nos anos de 2024 e 2025 (CFC, 2025).

2. METODOLOGIA

Este artigo tem como objeto de pesquisa os relatórios de sustentabilidade emitidos por organizações do setor de proteína animal bovina que atuam no Brasil, sendo classificado como descritivo, de abordagem qualitativa.

Por se tratar de um artigo que busca descrever e analisar um fenômeno específico, quais sejam - os relatórios de sustentabilidade - se caracteriza como descritivo, uma vez que traz uma análise detalhada e sistemática sobre o assunto, buscando descrever as características e padrões dos relatórios de sustentabilidade (Creswell; Creswell, 2021)

A abordagem qualitativa permitiu que esse fenômeno seja bem compreendido no contexto em que ocorre (comunicação com os stakeholders) em que ambos os temas foram analisados de forma integrada (Godoy, 1995). Os relatórios foram classificados como documentos que serviram para atender aspectos legais como também aspectos de posicionamento da organização junto aos seus stakeholders.

Os critérios para o levantamento das organizações que foram analisadas se deu mediante a condição de divulgarem relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados; serem de capital e matriz brasileira, como forma de evitar relatórios que possuam estruturas que atendam as normas do país de origem da empresa; tenham seus relatórios de sustentabilidade ou relatórios integrados divulgados em seus sites institucionais ou disponibilização pública em outros canais.

Para que a análise dos dados pudesse atender aos objetivos da pesquisa, foi fundamental obter informações precisas e confiáveis. Isso requereu a identificação dos dados, sua forma de elaboração e a avaliação de seu perfil histórico. Seguindo tais recomendações, primeiramente foram levantadas as empresas de proteína animal bovina que atuam no Brasil. Para isso, foram selecionadas empresas a partir dos sites da **Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC)**, da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e da **Associação Brasileira de Frigoríficos (ABRAFRIGO)**. Na sequência, foi verificado se as empresas possuíam informações sobre sustentabilidade, em suas páginas dinâmicas ou como documentos disponíveis para download, que seria utilizados para a análise. Os relatórios de sustentabilidade, publicados anualmente pelas empresas, foram obtidos nos sites institucionais das organizações, tendo as informações e dados coletados conforme os objetivos das pesquisas (Creswell; Creswell, 2021)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise dos sites da ABIEC, ABRAFRIGO e da ABPA, foram identificadas 50 indústrias de proteína animal bovina. Com base na análise dos respectivos sites, pode-se observar que 45 indústrias fazem exportações, ou seja, 90%. Além disso, 3 indústrias possuem capital aberto, ou seja, são negociadas em bolsa, uma porcentagem de 6,0%¹, conforme quadro 2.

¹ Esta pesquisa já está considerando a aquisição da BRF pela Marfrig e a divulgação conjunta de relatórios de sustentabilidade.

Quadro 2- Síntese das empresas analisadas

	Sim	Não	%
Capital Aberto	3	47	6,0%
Exportação	45	5	90,0%
Relatório de Sustentabilidade	10	40	20,0%

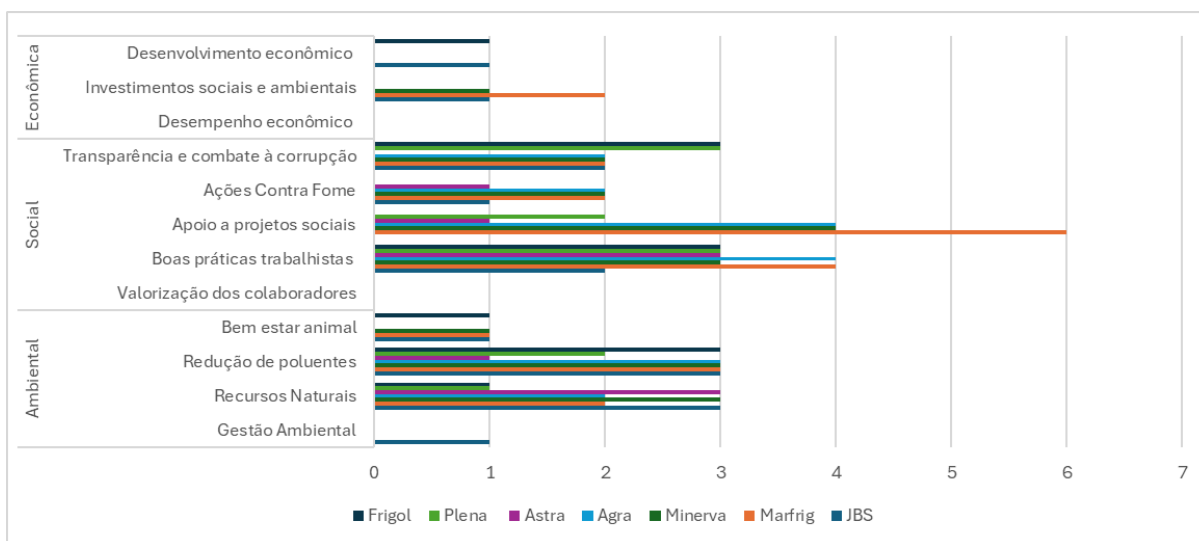
Fonte: Os autores, utilizando informações dos sites ABIEC, ABRAFRIGO e da ABPA (2025)

Além disso, 27 empresas, 54,0%, apresentavam em seus sites informações sobre sustentabilidade (ambiental, social ou econômica). Entretanto, apenas 10 apresentaram relatórios de sustentabilidade no ano de 2024, ou seja, apenas 20%. Outras 17 empresas apresentam informações sobre sustentabilidade nos seus sites. Por se tratar de informação dinâmica, ou seja, pode ser alterada a qualquer momento e não ser possível fazer o download de um arquivo/documento que possa ser armazenado para análise futura ou até mesmo comparações, essas 17 empresas foram excluídas da análise. Das 10 empresas que possuem o Relatório de Sustentabilidade, 07 adotam o modelo GRI.

Como forma de padronizar e analisar as informações, serão tratados os dados referentes às 07 empresas que utilizam o modelo de GRI em seus relatórios de sustentabilidade.

O gráfico 1 apresenta as unidades de registro por subcategorias. A categoria econômica apresenta três subcategorias que são o desenvolvimento econômico, investimentos sociais e ambientais e desempenho econômico. A categoria social apresenta cinco subcategorias que são a transparência e combate à corrupção, ações contra fome, apoio a projetos sociais, boas práticas trabalhistas e valorização dos colaboradores. A categoria ambiental apresenta quatro subcategorias que são o bem estar animal, redução de poluentes, recursos naturais e gestão ambiental.

Gráfico 1- Número de Unidades de registro identificadas



Fonte: Os autores, utilizando informações dos relatórios de sustentabilidade (2025)

Analisando o gráfico 1, podemos observar que na categoria econômica, o registro “investimentos sociais e ambientais” teve maior destaque, com 4 registros, feitos por apenas 3 empresas. A empresa Marfrig apresenta maior destaque em “investimentos sociais e ambientais”, enquanto a JBS apresenta maior destaque em “desenvolvimento econômico”. Já a subcategoria de “desempenho econômico” não teve nenhum GRI apontado.

A categoria social, foi onde foram identificados o maior número de registros, 55 registros, feitos por 07 das empresas analisadas. A empresa Marfrig se destaca nessa categoria, nas subcategorias "apoio a projetos sociais" com seis registros, quatro em "boas práticas trabalhistas" e dois em "ações contra fome" e "transparência e combate à corrupção". A Plena se destaca na subcategoria de "Transparência e combate à corrupção" com três registros. A empresa Agra se destaca na parte de "Apoio a projetos sociais" e "boas práticas trabalhistas", ambos com quatro registros. Porém a subcategoria "valorização dos colaboradores" não teve nenhum GRI apontado.

Já na categoria ambiental, onde foram identificados 33 registros, também pelas 07 empresas, a empresa JBS foi a única que apresentou registros em todas as subcategorias. O destaque principal, fica para "recursos naturais" e "redução de poluentes" com três registros. As empresas Minerva, Agra e Marfrig na subcategoria "redução de poluentes" apresentam também três registros.

A Marfrig foi a empresa que mais se destacou em questões sociais, com 14 registros, a JBS lidera a categoria ambiental, com 08 registros e, na categoria econômica, a Marfrig e JBS possuem 02 registros cada. De maneira geral, no relatório da empresa Marfrig é onde foi possível identificar o maior número de registros 22, seguido pela Minerva com 19 e pela empresa Agra, com 17.

O Gráfico 2 vai apresentar os GRIs mais citados nos relatórios de sustentabilidade sem mencionar as empresas. É importante destacar que os indicadores mais citados pertencem à categoria social, em destaque o GRI 403 e GRI 401, relacionados com Boas Práticas Trabalhistas, com 06 registros cada, e os GRIs 405, 407 e 409 relacionados ao Apoio a Projetos Sociais, com 04 registros cada.

Isso mostra que as empresas estão preocupadas em garantir o bem estar do seu colaborador, respeitando os seus direitos, assim demonstrando um compromisso com a responsabilidade social e o bem-estar dos colaboradores. Registro importante deve ser feito também em relação às ações de combate à fome. Foram identificados 06 registros, 05 referentes ao GRI 414 e 1 ao GRI 413. Vale destacar que algumas empresas se importam também com a parte de transparência e combate a corrupção como é mostrado nos indicadores GRI 417 (4 registros) e 415 (5 registros).

Na categoria ambiental, os indicadores mais citados foram GRI 303, relacionado aos Recursos Naturais, com 06 registros, e o GRI 306, relacionado a Redução de Poluentes, também com 06 registros. Isso mostra que as organizações possuem uma preocupação com os impactos ambientais.

Na parte econômica, os GRI 203 e 204, relacionados com Investimentos Sociais e Ambientais, foram os mais citados, com 02 registros cada. Isso demonstra que as empresas estão atentas às contribuições que ultrapassam os resultados financeiros, como o desenvolvimento local e investimentos sociais.

Gráfico 2- Unidade de registro mais citadas



Fonte: os autores, utilizando informações dos relatórios de sustentabilidade (2025).

Conclusões

A análise dos relatórios de sustentabilidade das indústrias de proteína animal, mostrou mudanças relacionadas a práticas ambientais, principalmente após a incorporação de sistemas como o GRI. Embora tenha aumentado a sua importância, ainda é baixa as empresas que possuem esse tipo de relatório, apenas 20% das organizações analisadas divulgaram relatórios estruturados e disponíveis para consulta.

Dentre as empresas que publicam relatórios baseado no modelo GRI, notou-se que há um maior foco nas categorias sociais e ambientais, onde são discutidos temas que dizem respeito a práticas de trabalho justas, apoio a projetos sociais, redução de poluentes e o uso consciente de recursos naturais. Isso demonstra que a organização tem dado a devida importância a essas ações, com o objetivo de alinhar as suas ações às necessidades dos stakeholders e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em meio à instância dos stakeholders por transparência, iniciativas como a adoção voluntária do GRI mostram o comprometimento com a agenda ESG.

As grandes corporações como Marfrig, JBS e Minerva, são líderes de divulgação e compromisso com a sustentabilidade. Isso se dá ao fato da maior exposição no mercado global e a exigência de transparência impostos por investidores e consumidores em todo o mundo. A pressão internacional também tem estimulado as empresas de carnes a melhorar as práticas de gestão ambiental e social na cadeia de suprimentos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.C.S.; ZARO, E.S.; LUIZ, G.; BELLEN, H.M.V.; VICENTE, E. F. R. Governança corporativa na estrutura conceitual do Relato Integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**. Acesso em: abr. 2025.
- ALONSO-ALMEIDA, M.M.; MARIMON, F.; LLACH, J. The use of sustainability reporting in latin america: territorial and sectorial analysis. **Estudios Gerenciales**. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/eg/v31n135/v31n135a02.pdf>. Acesso em: abr. 2025.
- Agra. Relatório de Sustentabilidade, 2024. **Agra**. Disponível em: https://irp.cdn-website.com/2533280b/files/uploaded/Alibem_RS2024_PT-BR_Final_V20.pdf. Acesso em: maio 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES (ABIEC). **Panorama da Pecuária no Brasil**. São Paulo: ABIEC, 2021. Disponível em: <https://abiec.com.br/associados/>. Acesso em: maio 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL (ABPA). **Relatório anual 2021**. São Paulo: ABPA, 2021. Disponível em: <https://abpa-br.org/lista-de-associados/>. Acesso em: maio 2025.
- Astra. Relatório de Sustentabilidade, 2022. **Astra**. Disponível em: https://frigoastra.com.br/pt_BR/sustentabilidade. Acesso em: maio 2025.
- BASSETTO, Luci Ines. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia-COPEL. *Gestão & Produção*, v. 17, p. 639-651, 2010.
- COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO- CMMAD. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

Frigol. Relatório Anual e de Sustentabilidade, 2023. **Frigol**. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/48f6609f-056d-4f42-9d80-1a6acee769c1/5f7281bc-6f11-dc1a-3691-9d1c870ba4e5?origin=2>. Acesso em: maio 2025

GARCIA, A. S.; CIASCA, D. N.; MARÇAL, A. dos S. V.. Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das organizações privadas e públicas? **XIX USP International Conference in Accounting**. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1742.pdf>. Acesso em: abr. 2025

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

GÖKTEN, P.; MARŞAP, B. **Paradigm Shift in Corporate Reporting**. In: GOKTEN, S. (ed). Accounting and Corporate Reporting. InTech: Croatia, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.68832>. Acesso em: 12 fev. 2022

GUIMARÃES, T.N.; PRATES, L.A. Análise os níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A + do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organização**. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34749/37487>. Acesso em: fev. 2025.

JBS. Relatório de Sustentabilidade, 2022. **JBS**. Disponível em: https://www.jbs.com.br/wp-content/uploads/2023/10/JBS-2022-sumario-executivo_BR_PT-Udated-2.pdf. Acesso em: maio 2025.

JUNIOR, D.M.B. Relatório de sustentabilidade e desempenho das firmas brasileiras de capital aberto. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 2019. Acesso em: jan. 2025. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2779/2060>.

LOZZELLI, L.; VELASCO, M. D. C. S. Mandatory or Voluntary? The hybrid nature of sustainability disclosure in the EU's Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD). **European University Institute**. Acesso em: mar. 2025

Marfrig. Relatório de Sustentabilidade, 2023. **Marfrig**. Disponível em: <https://www.marfrig.com.br/pt/Lists/CentralConteudo/Attachments/3/Relat%C3%B3rio%20de%20Sustentabilidade%202023.pdf>. Acesso em: maio 2025.

MARIA, S.C.; D' ANGELO, M.J.; BORGERTH, V.M. da. Lacunas de engajamento e utilização do Relato Integrado no Brasil. **R. Cont. Fin. - USP**, São Paulo, v.33, n.88, p.63-80, jan./abr. 2022.

MASCENA, K.M.C. **Priorização de stakeholders: um estudo em empresas que divulgam relatórios com a estrutura da global reporting initiative- GRI no Brasil**. Universidade de São Paulo, 2013. Acesso em: jan. 2025. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-22112013-194916/publico/KeysaMauelaCunhadeMascenaVC.pdf>. Acesso em: abr. 2025.

Minerva Foods. Relatório de Sustentabilidade, 2023. **Minerva Foods**. Disponível em: https://minervafoods.com/wp-content/uploads/2024/05/relatorio-de-sustentabilidade-minervafoods-2023_compressed.pdf. Acesso em: maio 2025.

MIO, C. Relatórios integrados: o estado da arte dos relatórios corporativos. **R. Cont. Fin. - USP**, São Paulo, v.31, n.83, p. 207- 211, maio/ ago. 2020

MORIOKA, S.N.; IRITANI, D.R.; OMETTO, A.R.; CARVALHO, M.M. de. Revisão sistemáticas da literatura sobre medição de desempenho de sustentabilidade corporativa: uma discussão sobre contribuições e lacunas. **Gest. Prod.**, São Carlos, v.25, n.2, p.284-303, 2018. Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/gp/a/CJqGS6DFQ6gCkXsHS3wvNwG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

OLIVEIRA, M. de A.S.; CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A.M. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Production**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/C7Q7TdFTPLMZbpNLSYGT3zf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: abr. 2025.

Plena. Relatório de Sustentabilidade, 2023. **Plena**. Disponível em: <https://www.plenaalimentos.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-de-Sustentabilidade-de-Plena-Alimentos-2023.pdf>. Acesso em: maio 2025.

RAHI, A.F.; JOHANSSON, J.; FAGERSTROM, A.; BLOMKVIST, M. Sustainability control system: a structured literature review. **Journal of Risk and Financial Management**. Acesso em: mar. 2025.

ROSZKOWSKA-MENKES, M.; ALUCHNA, M. KAMINSKI, B. True transparency or mere decoupling? The study of selective disclosure in sustainability reporting. **Critical Perspectives on Accounting**. Acesso em: mar. 2025.

SANTOS, E. H. dos; SILVA, M.A. da. Sustentabilidade empresarial: um novo modelo de negócio. **Revista Ciência Contemporânea**, 2017. Acesso em: jan. 2025. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124814.pdf.

SILVA, L.S.A. da; QUELHAS, O.L.G. Sustentabilidade empresarial e o impacto no custo de capital próprio das empresas de capital aberto. **Gestão & Produção**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/3fQ6Ckj7vptDZvs4Zt9cdGR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: fev. 2025.

SOUZA, M.V.F.M. de; SUGAHARA, C.R. Práticas de sustentabilidade e ESG do Grupo JBS e três corações alimentos. **IV Sustentare & VII Wipis**. Disponível em:<https://www.sustentarewipis.com.br/wp-content/uploads/artigos/2022/573031.pdf>. Acesso em: fev. 2025.

SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD (SASB). About us. Disponível em: <https://sasb.org/about/>. Acesso em: abr. 2025.

WHITTINGHAM, K.L.; EARLE, A.G.; HIZ, D.I.L.L.; ARGIOLOS, A. The impact of the United Nations sustainable Development Goals on corporate sustainability reporting. **Business Research Quarterly**. Acesso em: mar. 2025.